

QUESTÕES DE LINGUAGEM: NOTAS SOBRE JORNALISMO, HISTÓRIA E LINGÜÍSTICA¹

Manoel Luiz Gonçalves CORRÊA²

- RESUMO: Este trabalho analisa alguns problemas lingüísticos que afetam as práticas da produção e da leitura do texto. Pela noção de deslizamento, busca-se enquadrar essas práticas no interior de uma concepção de linguagem (2º deslizamento), ao mesmo tempo em que se procura mostrar a existência, no uso da linguagem, de um processo de referencialização que oculta a coexistência e o movimento (1º deslizamento) entre os fatores tradicionalmente considerados como básicos numa situação de comunicação (referente, remetente e destinatário).
- PALAVRAS-CHAVE: Leitura e produção do texto; funções da linguagem; deslizamento; referencialização.

Introdução

Sempre que a linguagem, em sua suposta planura, é solicitada como instrumento dotado de exatidão para servir às mais diversas disciplinas, muitas surpresas acabam por acontecer. Nas observações que seguem, tematizaremos algumas dessas surpresas, em especial as que, a nosso ver, parecem assumir a forma de problemas lingüísticos relacionados à modalidade escrita da linguagem nos seus aspectos da produção e da leitura do texto.

Para tanto, partiremos do trabalho que domínios aparentemente tão díspares como os do jornalismo, o da história e o da lingüística desenvolvem com a linguagem. Mais especificamente, tomaremos como ponto comum, de confluência desses três domínios, o trabalho que realizam com o texto e com a informação nele contida.

Nossa tentativa é, portanto, tratar os problemas lingüísticos presentes na prática do jornalista, do historiador e do próprio lingüista pela óptica deste último. Pretende-

1. A primeira versão deste trabalho foi apresentada como trabalho final do curso: "A imprensa, sua linguagem e história", ministrado pela professora Tania Regina de Luca, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Assis (SP), no ano de 1992.

2. Departamento de Ciências Humanas – Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação Social – UNESP – 17033-360 – Bauru – SP.

mos, com nossa abordagem, ampliar a reflexão sobre aspectos funcionais da linguagem, principalmente os vinculados à produção e à leitura do texto.

Enfocaremos a produção com base na prática do jornalista e a leitura, na desenvolvida pelo historiador. Trata-se, obviamente, de uma simplificação não apenas dessas práticas como também do que se pode entender por leitura e produção do texto. Assim, na qualidade de não especialista em jornalismo ou em história, será suficiente trabalharmos com um simulacro desses campos, no que se refere ao trabalho que jornalista e historiador desenvolvem com o texto. E, ao fixarmos o jornalista apenas como escrevente³ e o historiador apenas como leitor, estaremos operando, aos olhos do lingüista, com um outro aspecto dessa simplificação teórico-metodológica, pois, sabe-se, produção e leitura do texto são processos indissociáveis.

Em relação à atividade pela qual estamos identificando o trabalho do jornalista, utilizaremos como matéria de discussão a angustiante busca da informação objetiva. Para além dos manuais de redação, a recomendada informação sobre o real dos fatos é, como parece ser de conhecimento geral, uma ficção. A empresa (e seus anunciantes), o partido, o sindicato ou qualquer outra instituição que promova a veiculação de informação costumam impor seu ponto de vista sobre o que informam. Nesse sentido, o trabalho de produção do texto levado a efeito pelo jornalista, ao mesmo tempo em que tem, na exigência da objetividade, o caráter de uma regra de conduta, não deixa de estar sujeito a resultados que podem não ultrapassar os limites de um recorte de interesses.

Quanto ao trabalho do historiador, limitar-nos-emos a vê-lo às voltas com o cerco a suas fontes e, como dissemos, com a produção de uma leitura. A dificuldade desse trabalho aparece como particularmente notável quando se destaca a imensa variedade de fontes – aqui incluídas as próprias matérias jornalísticas, cujos problemas de produção acabamos de mencionar – com as quais ele tem de lidar. Tal variedade impõe a necessidade de diferentes tipos de leitura, formulados segundo um método que leve em conta a natureza da fonte e sua complexidade.

Tanto a prática do jornalista quanto a prática do historiador constituem, pois, questões de interesse para o estudioso da linguagem, na medida em que o estatuto que a informação adquire nessas duas práticas revela, mais do que problemas específicos, um problema geral do uso da linguagem. Assim, embora para o jornalista possa aparecer talvez mais como uma questão de técnica (questão mais diretamente ligada à produção do texto) e para o historiador talvez mais como uma questão de método (aqui, mais diretamente ligada a uma questão de leitura do texto), a constituição dos fatos resultante da construção de uma notícia, por exemplo, ou da leitura

3. No sentido de Barthes: "O escritor realiza uma função, o escrevente uma *atividade*..." (g.n.). Ainda segundo Barthes, o escrevente "considera que sua palavra põe termo a uma ambigüidade do mundo, institui uma explicação irreversível (mesmo se ele admite que seja provisória), ou uma informação incontestável (mesmo se ele se considera um modesto ensinante); enquanto para o escritor (...) é exatamente o contrário: ele sabe perfeitamente que sua palavra, intransitiva por escolha e labor, inaugura uma ambigüidade (...), que ela se oferece paradoxalmente como um silêncio monumental a decifrar..." (1970, p. 33 e 35).

de uma fonte traz à tona, para o lingüista, questões fundamentais ligadas à utilização geral da linguagem.

Para melhor delimitarmos tais questões, partiremos de uma tendência que parece nortear qualquer utilização da linguagem: a referencialização. Passaremos, então, à crítica a essa tendência, através do que concebemos como “deslizamento”.

Da referencialização à idéia de deslizamento

Neste trabalho, estaremos entendendo “referencialização” como a prática comum dos falantes de, ao serem colocados numa situação de comunicação, situarem o objeto de seu discurso na posição de referente, podendo ser esse objeto qualquer um dos seis fatores propostos por Jakobson (1975) como presentes no ato de comunicação.

A naturalidade com que o falante se vale da referencialização torna-o, porém, insensível a um de seus principais efeitos: o de se apagarem, pela suposta centralidade focal no referente, as determinações que cada um dos demais fatores presentes no ato de comunicação impõe aos usuários. Veremos, mais adiante, de que forma reflexos desse procedimento estão presentes também em certas escolhas teóricas em lingüística, freqüentemente voltadas para o aspecto referencial da comunicação.

Como se sabe, Jakobson (op. cit.) define as funções da linguagem pela convivência e não pela exclusividade de uma em relação às outras, caracterizando, assim, cada função pela ênfase em um dos seis fatores do ato de comunicação.

Sabe-se também, com Lyons (1980, p. 50-1), que três desses fatores já estavam de alguma forma presentes na análise tradicional da categoria de pessoa e que, redefinidos por Bühler em 1934, passaram a compor uma classificação tripartida das funções da linguagem. Desse modo, função “referencial”, “emotiva” e “conativa”, em Jakobson, função de “representação”, de “expressão” e de “chamada”, em Bühler, terceira pessoa, primeira pessoa e segunda pessoa, na classificação tradicional, constituíram, no decorrer dos estudos da linguagem, diferentes conceituações desses três elementos, considerados básicos da comunicação. Como correlatos desses três elementos, temos três temas que delineiam grande parte dos estudos da linguagem. São eles: o tema da referência, mais próximo de uma perspectiva lógica; o tema da intenção, presente (em diferentes graus) nas perspectivas pragmático-enunciativas sobre a linguagem; e o tema da adesão, mais próximo de uma perspectiva retórica.

Quanto às preocupações que nos ocupam neste trabalho, gostaríamos de destacar que, no processo da produção e da leitura do texto, não é tão fácil, e talvez nem mesmo possível, operar com a separação de referente, remetente e destinatário. Em que pese a possibilidade de ênfase em um desses pólos – circunstância definidora de cada uma das funções da linguagem, segundo Jakobson –, acreditamos que, subjacente a toda ênfase, o caráter da não exclusividade é o fator que atua de forma mais contundente no jogo entre esses pólos. Preferimos, portanto, vê-los num jogo de

flutuações em que referente, remetente e destinatário estejam, num texto, sempre sujeitos ao deslizamento⁴ de um a outro, indefinidamente.

O controle do movimento próprio a esse deslizamento no interior do texto deve ser tarefa tanto de quem escreve quanto de quem lê, mas é justamente nessa tentativa de controle que reside a maior dificuldade. Imaginemos uma produção escrita. Suponhamos que um exercício de redação solicite de um estudante uma descrição imparcial e objetiva de um fato. A prática nos mostra que, um passo adentro de seu próprio texto, o aprendiz invariavelmente transfere, ou para o campo de suas intenções, como remetente, ou para o campo das finalidades, isto é, voltado para o destinatário, que inicialmente fora proposto como uma abordagem restrita ao referente. Exemplos como esse, em vez de invalidarem o que dissemos acerca da referencialização, apenas o confirmam. Assim, mesmo quando se propõe a função referencial como efeito desejado, pode ocorrer a transposição de outros fatores para o lugar do referente. Daí o interesse lingüístico em se tratar a flutuação entre os três elementos básicos da comunicação de que vimos falando em termos da noção de deslizamento.

Ligado a esse primeiro tipo de deslizamento, podemos definir ainda um segundo tipo.⁵ Para melhor descrevê-lo, traremos à discussão outras três funções da linguagem acrescentadas por Jakobson às três funções que abordamos até o momento. Trata-se das funções metalingüística, fática e poética, definidas por Jakobson com base na ênfase em outros três pólos que ele vê como integrantes do circuito da comunicação: o código, o canal e a mensagem. Essas outras três funções da linguagem dão lugar a um usuário estrategista, em oposição ao usuário simplesmente instrumentalizador que poderia ser depreendido das considerações feitas apenas a propósito das funções referencial, emotiva e conativa.

Essa nova relação entre usuário e linguagem não nos livra, contudo, de enganos. Mesmo esse estrategista que se descobre com essas novas funções da linguagem não está isento, nem fora, nem livre da rede de convenções lingüísticas que o acolhe. Essa limitação fica clara quando falham tanto estrategista quanto instrumentalizador. Nesse caso, um novo deslizamento se anuncia, desta feita, no interior da relação usuário – linguagem.

A freqüência com que trocam de mãos as rédeas de um texto, por exemplo, mostra-nos que, em qualquer atividade de linguagem, seja na modalidade oral ou na modalidade escrita, seja na produção ou na leitura, não se aplica bem a dicotomia sujeito (usuário)/objeto (linguagem).

4. A noção de “deslizamento” aqui desenvolvida procura ser uma interpretação do que Pêcheux chama “deslocamento do elemento dominante nas condições de produção do discurso” (1990, p. 86). Tal interpretação está voltada, como veremos adiante, para a prática da produção e da leitura do texto e estará presente apenas no que caracterizaremos como 1º deslizamento.

5. A formulação – apenas esboçada neste trabalho – do que chamamos “2º deslizamento” deve um crédito ao curso “Nietzsche: o método genealógico”, ministrado pela professora doutora Scarlett Marton, no ano de 1992, na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Assis (SP). Registre-se o crédito, mas não, evidentemente, a responsabilidade pela formulação.

Em outras palavras: na relação sujeito – objeto, a plenipotência que todo usuário assume ao atribuir-se o papel de sujeito, em relação ao objeto “linguagem” que lhe serviria como instrumento, não passa, na verdade, de um falso império – o que pode ser verificado ao se questionar o domínio de linguagem manifestado por um usuário que se encontre submetido ao discurso cristalizado de instituições, como o da igreja e o de partidos, ou mesmo simplesmente exposto ao mosaico do discurso cotidiano, ligado às suas atividades práticas. Nesse sentido, pode-se dizer que a essa autocentração do sujeito corresponde uma desconsideração, por parte do usuário, da transividade de sua produção de linguagem; produção que, desde consolidada, está sempre submetida a antecipações,⁶ seja em direção ao passado, em que se localizaria o produtor do texto (antecipação como forma de retomada), seja em direção ao futuro, em que se projeta um leitor (antecipação em seu sentido próprio). Desse modo, a suposta relação sujeito – objeto é também propensa a deslizamentos: do usuário à linguagem, quem está a cavaleiro de quem?

Assim, se o 1º deslizamento consiste em que referente, remetente e destinatário estejam sujeitos a deslizarem indefinidamente de um a outro, o 2º deslizamento refere-se ao grau de autonomia do usuário em relação à linguagem, ou seja, refere-se à dificuldade de se fixar um ponto zero (tempo de origem) que, de fato, definia, como sujeito, o usuário e, como objeto, o mundo transformado em linguagem. Com a noção de deslizamento, damos um novo passo em nossa reflexão lingüística sobre a produção e a leitura do texto, do ponto de vista da prática do jornalista e do historiador.

Não nos ocuparemos, porém, dos efeitos daquilo que chamamos 2º deslizamento, por entendermos que essa noção nos serve muito mais como orientação para uma concepção de linguagem do que como um operador analítico. Ainda assim, no que se refere à produção e à leitura do texto, os efeitos do 2º deslizamento poderão ser pelo menos inferidos, já que, dada a amplitude de sua atuação, parecem estar presentes em toda situação de uso da linguagem.

Restringindo, pois, nosso enfoque ao 1º deslizamento, procuraremos medir seu alcance, inicialmente, no trabalho de produção do texto pelo jornalista. Num segundo momento, procuraremos observar seu alcance no que se refere ao trabalho de leitura feito pelo historiador. Num terceiro e último momento, procuraremos observar de que forma a interferência desse 1º deslizamento pode vir combinada com uma variável de difícil controle – a variável “tempo” – no trabalho do lingüista.

Deslizamento e produção do texto

Dissemos até aqui que a referencialização é um problema que pode afetar a todo e qualquer usuário da linguagem. Como vimos, ela consiste em se desconsiderar o deslizamento que há entre referente, remetente e destinatário, apagando-se, assim,

6. No sentido dado por Pêcheux (op. cit., p. 84-5).

todas as determinações impostas pelos outros fatores presentes na situação de comunicação, em favor de enquadrá-las numa suposta centralidade focal no referente. Vejamos, neste ponto, em que medida a produção do texto pelo jornalista pode ser afetada pela mesma prática da referencialização.

Sempre que um jornalista se depara com a produção de um texto e toma obstinadamente como tarefa a persecução do fato que constrói em sua mais imparcial versão, podemos dizer que temos uma busca da construção da referência em sua forma pura, ou, nos termos de Benjamin, a busca do “puro *em si* da coisa”, própria de uma “informação” ou de um “relatório” (1983, p. 63). Contudo, ainda que domine perfeitamente as técnicas de redação próprias do veículo para o qual escreve e mesmo que pretenda realmente caminhar rumo à construção do que seria o fato verdadeiro, uma tal busca não é muito diferente da prática da referencialização presente no uso cotidiano da linguagem.

É, a propósito, com base nesse tipo de ênfase que há, entre os estudiosos da linguagem, aqueles que defendem a possibilidade de se ver a linguagem como descrição de estados de coisas do mundo, de tal modo que se pudessem avaliar os enunciados produzidos por meio de um critério de verdade. Aliás, não estaríamos exagerando se disséssemos que muito do que se fez nos estudos da linguagem baseou-se no aspecto referencial da comunicação. É o que nos mostra Austin (1990) ao estudar, por um outro ponto de partida, os tipos de atos de fala. Esse autor denuncia, nos estudos sobre a linguagem, o predomínio absoluto da atenção sobre as sentenças declarativas, em detrimento de outros modos de expressão da sentença que, detectados já pelos próprios gramáticos, foram, mesmo por eles, relegados a segundo plano.

Há, por outro lado, quem entenda o processo de construção da referência como um processo de construção de uma unidade cultural e ideológica. Quanto a nós, mais próximos desta última perspectiva, já vimos que a referencialização oculta a prática efetiva de um movimento, de um deslizamento que se dá entre os três pólos tidos como básicos da comunicação. Haveria, pois, ainda que sob os apelos do desejo ou sob as imposições dos rigores éticos, um modo de estancar esse movimento? Teria o nosso jornalista obstinado tal prerrogativa? Sua intenção, como a de qualquer usuário, não estaria ela mesma sujeita ao deslizamento que ele precisa conter em seu texto? Afinal, não escreve ele também para buscar adesão? Não está também a referência que ele constrói submetida a um processo de construção de uma unidade cultural e ideológica?

Deslizamento e leitura do texto

Prendemo-nos até aqui ao aspecto da produção do texto. Vejamos, neste ponto, de que modo a prática da referencialização afetaria o processo de leitura do texto. Façamos com que o historiador assuma como tarefa própria a de levar a cabo a produção de uma leitura.

Sabemos que é o olhar de especialista que deve nortear a aproximação de um historiador em relação ao objeto que estuda. Não raro, porém, deparamos, em livros didáticos de História, com produtos de leituras que são meras constatações, fatos tratados como notícias de manchete, extraídas das mais diversas fontes, muitas vezes nem ao menos satisfatoriamente esclarecidas. Novamente, por ocasião da reconstrução da referência (agora pela leitura), domina o que desta feita poderíamos chamar busca da referencialização pela interpretação fiel dos documentos. Do mesmo modo que o jornalista buscaria “o puro *em si* da coisa”, estaríamos, no domínio da produção do conhecimento histórico, diante da busca do “puro *em si*” do documento.

Tome-se, por exemplo, o jornal como documento e ter-se-á, de saída, o problema do 1º deslizamento, de que tratamos acima. Não é o caso, como já adiantamos, de se abandonar o jornal como fonte, mas de tratá-lo com o cuidado que toda fonte requer. O equilíbrio entre as vozes presentes no texto, a voz de sua autoria e a voz da instituição que o sustenta, bem como a consideração das vozes que no texto foram caladas, é requisito mínimo para uma boa leitura. Tais vozes, definidas em função das condições históricas em que foram produzidas, permitem olhar não apenas para o “puro *em si*” do documento, mas principalmente para tudo que o construiu, para ser visto como tal. Da mesma forma, os fatores que permitem, desde o presente, uma entrada para a leitura de fatos passados são os que podemos chamar elementos de futuridade do próprio texto – marcas lingüísticas antecipatórias, muitas vezes atribuídas à genialidade dos autores, mas que podem também ser vistas como caminhos abertos por bons leitores. Quem sabe, não se situa nesse ponto a genialidade dos melhores historiadores?

Do ponto de vista lingüístico que estamos assumindo, não basta, a propósito, que se proceda à leitura de um texto atendo-se apenas à simples localização – no próprio texto – de marcas enunciativas e de sua instanciação por atores concretos situados num dado período histórico. Um tal procedimento teria justamente o efeito de apagar o que chamamos de elementos de futuridade do texto, já que o leitor acabaria por tomar as várias marcas enunciativas apenas em sua positividade – simplesmente como registros de enunciadores concretos –, baseando-se numa suposta garantia da localização temporal desses enunciadores. Mas, segundo o que pensamos, as formas abertas da enunciação não registram apenas a individualidade histórica de um enunciador concreto. Mais do que isso, essas marcas enunciativas podem ser vistas como formas históricas do dizer que promovem, na linguagem, instancicações em bloco, coletivas. Por meio delas, enunciadores concretos particulares instanciam-se também, para além de si mesmos e de seu momento presente, como figuras discursivas, que, submersas à consciência e ao tempo de seus enunciadores, deixam-se petrificar na linguagem para ganharem futuridade e serem vistas ora sob a naturalidade das pedras, ora como formas históricas, ou seja, ora no indiferenciado aspecto coletivo de seu estado rochoso, ora na paradoxal singularidade histórica das esculturas, estas que, ao serem elas mesmas, são também todos quantos nelas estão de alguma forma representados.

Ressalve-se, no entanto, que nenhum desses cuidados terá efeito positivo na leitura feita pelo historiador se ele não tiver presente que todo seu trabalho consiste basicamente em refazer o deslizamento entre os mesmos três pólos que, no texto-documento, estão distribuídos segundo um controle de partida e provavelmente sob o efeito de alguma referencialização. Por sua vez, o próprio leitor pode articular sua leitura em função da descoberta de um objeto de referência (a coerência que reconhece no texto), em função da crença em uma intenção (a interpretação fiel dos documentos) e em função da busca de adesão para a sua leitura. Com diferentes graus de precisão, o produto final dessa leitura (reconstrução de um objeto de referência) será, portanto, uma nova unidade cultural e ideológica, sujeita ela também ao mesmo movimento entre os três pólos da comunicação aqui abordados.

Deslizamento e a variável 'tempo' no trabalho do lingüista

Observemos finalmente o alcance do 1º deslizamento no trabalho do lingüista.

Para o lingüista, que não trabalha exatamente com a produção de notícias, nem com a mesma preocupação interpretativa do historiador, mas que tem como uma de suas tarefas o estudo do processo de produção e de leitura do texto, não resta muito mais do que o sucesso relativo de nosso jornalista obstinado ou do que a ilusão da interpretação fiel dos documentos pelo historiador desarmado. Como ficou dito, o que Jakobson chama "função referencial da linguagem" tem sido o ponto central das pesquisas lingüísticas. Mesmo numa perspectiva inovadora no campo dos estudos lingüísticos, como é a da pragmática, por exemplo, é possível encontrar correntes que, ao procurarem considerar os participantes de um ato de fala, acabam por neutralizar suas presenças por meio de regras que acentuam o conteúdo informacional estrito em detrimento do embate entre os próprios participantes. Mas o que teria então a dizer um lingüista sobre a produção e a leitura do texto, ao reconhecer, em seu próprio trabalho, a atuação do que estamos chamando de deslizamento?

Entre outras coisas, pode-se dizer que a produção e a leitura de textos são processos que se cruzam constantemente, pois marcam a intervenção do fator tempo na linguagem, pela presença alternada de quem escreve e de quem lê. Não se entenda porém essa alternância como a troca mecânica dessas duas figuras (autor e leitor) em relação a um objeto (o texto) inerte em sua suposta independência de toda atuação exterior. Quem escreve transita no próprio texto, entre retomadas (do que já ouviu e leu) e antecipações (de como poderá ser lido); quem lê busca nessas antecipações, datadas desde a autoria, o parâmetro para o confronto de perspectivas, ponto de partida para novas produções. Pode-se dizer, portanto, que, entre a leitura e a produção do texto, há um trânsito que está ligado à própria natureza da modalidade escrita da linguagem, qual seja, a de permitir o registro e a permanência dos fatos no tempo. Na escrita, cristaliza-se a intervenção do fator tempo na linguagem pelas

diferentes perspectivas, historicamente localizáveis, que o texto registra. Retomadas, antecipações e confronto de perspectivas revelam as migrações temporais dessas duas figuras (autor e leitor), que são incorporadas pelo usuário da linguagem no ato da produção e da leitura do texto.

Vê-se logo que a alternância entre autor – leitor na construção de um objeto de produção ou de leitura tem a natureza do movimento, da flutuação, do deslizamento – o mesmo deslizamento que descrevemos entre referente (o “o que” da produção ou da leitura), remetente (autor) e destinatário (leitor). Na posição do referente temos ainda, no caso do texto, a coerência que lhe é atribuída pelo autor (coerência de partida) e a coerência que lhe é reconhecida pelo leitor (coerência de chegada), ambas permitindo a comunicação pela abertura de um diálogo entre perspectivas.

É preciso reconhecer, porém, que, para a lingüística, enquanto disciplina científica, as conseqüências da intervenção do fator tempo também não são pequenas. A fim de destacá-las, retomaremos uma crítica de Jakobson a Saussure referente à desconsideração, por este último, da interferência da variável tempo já na própria forma da divisão da ciência lingüística em lingüística sincrônica e lingüística diacrônica. Afirma Saussure:

É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, sincronia e diacronia designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução. (1974, p. 96)

Jakobson contrapõe:

A primeira coisa a me saltar aos olhos foi que Saussure identificava, tanto em sua terminologia quanto em sua teoria, a estática e a sincronia ... e, em oposição, a dinâmica e a diacronia. (1985, p. 62)

Com efeito, Saussure (op. cit., p. 95) defende a dualidade interna da lingüística com base na noção de valor, noção que, constituindo “um sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes”, ou seja, entre “um significado e um significante”, permite falar de sincronia, um *eixo das simultaneidades* (“concernentes às relações entre coisas coexistentes, de onde toda intervenção do tempo se exclui”), em oposição à diacronia, *eixo das sucessões* (“sobre o qual não se pode considerar mais que uma coisa por vez”).

É, no entanto, a reintrodução do fator tempo na sincronia o que possibilita a Jakobson propor “elementos dinâmicos na sincronia” ao lado de “fatos estáticos” na diacronia. Para tanto, utiliza-se da questão de “se saber o que mudou ou o que permaneceu imutável” numa língua particular durante seu desenvolvimento:

Saussure, e esse é o seu grande mérito, colocou em primeiro plano o estudo do sistema da língua em seu conjunto ... Além disso, e nesse ponto a sua teoria deve ser reexaminada em suas bases, tenta suprimir o laço entre o sistema e as modificações da língua, considerando o sistema como sendo a propriedade exclusiva da sincronia e restringindo as modificações apenas à esfera da diacronia.

... O início e o termo de uma mudança sempre coexistem durante algum tempo nessas comunidades [lingüísticas] ... O ponto de partida e o de chegada distribuem-se de diferentes maneiras: a forma antiga pode ser a característica de uma geração mais velha e a forma nova, a de uma geração mais moça, ou então, as duas formas podem pertencer, no início, a dois estilos diferentes da língua, a diferentes subcódigos de um código único, comum, e, nesse caso, os membros da comunidade têm, em conjunto, a competência de perceber, ainda mais, de escolher entre as duas variantes. Em outras palavras, repito-o, a coexistência e a modificação não só não se excluem mutuamente, como também estão ligadas de maneira indissolúvel. Na medida em que a forma inicial e a forma final pertencem ao mesmo tempo ao código comum do sistema da língua, é preciso, necessariamente, estudar não só o sentido das componentes estáticas do sistema, como também o sentido das mudanças *in statu nascendi*, segundo as indicações fornecidas pelo sistema submetido a essas mudanças ... Qualquer modificação ocorre, em primeiro lugar, no plano da sincronia e é, desse modo, uma componente do sistema, ao passo que apenas os resultados das modificações são concedidos à diacronia ...

... Essas teses antinômicas, a que renuncia à sucessão no tempo e a que renuncia à coexistência de componentes, sacrificam, cada qual, uma das duas medidas do tempo. (op. cit., p. 63-4)

Como vemos, se no uso cotidiano da linguagem há uma tendência a estancar no referente o movimento entre os vários fatores presentes na comunicação, essa tendência não é privilégio do usuário comum. Na constituição da lingüística como ciência, há, como acabamos de mostrar, a mesma tendência a estancar o movimento temporal das formas lingüísticas. É certo que se trata, em Saussure, de se trabalhar com a língua enquanto forma e não enquanto substância. Nesse sentido, não seria próprio entender esse seu procedimento como exatamente o mesmo a que estamos chamando referencialização. No entanto, tal como na referencialização presente no ato de comunicação, a criação do objeto de estudo do lingüista não deixa de suprimir aspectos da "atividade" lingüística. Exemplo dessa supressão é a própria noção de "fala", para onde são exiladas todas as circunstâncias de execução da comunicação lingüística, incluindo falante e ouvinte. Pode-se, pois, dizer que a referencialização ocorre na medida das exclusões exigidas para a criação do objeto de estudo da lingüística. É, portanto, muito oportuna a crítica feita por Jakobson, que, ao reclamar a consideração da "dinâmica" na "sincronia", reintroduz no estudo da linguagem a natureza que lhe é própria, qual seja, a do movimento, a do deslizamento, a da intervenção dos agentes temporais no processar-se do funcionamento e da história da língua.

Conclusão

Ao final dessas observações, acreditamos ter mostrado, pelo viés da produção e da leitura do texto, alguns pontos comuns entre jomalismo, história e lingüística no que se refere ao tratamento dado à informação. Como último passo, gostaríamos de incorporar à noção de deslizamento a intervenção do fator tempo. Como vimos, a produção e a leitura do texto estão sujeitas, em seu deslizamento, a migrações no

tempo das figuras do autor e do leitor. Examinemos, pois, brevemente, o tratamento dispensado ao fator tempo na produção do texto pelo jornalista e na leitura do texto pelo historiador.

Destaca-se como definidora da produção jornalística diária a necessidade de produção de informação. O tipo e a novidade da informação são, como se sabe, os pilares da definição de um perfil de leitor e de sua manutenção como leitor cativo. Particularmente quanto à novidade da informação, pode-se dizer que a informação jornalística está (ou deve parecer) intimamente ligada ao momento presente. A notícia do que ocorreu no dia anterior pode ser muito mais um acontecendo do que um acontecido. A duração da notícia varia, desse modo, com a habilidade e o interesse em construí-la como presente. Podemos dizer, portanto, que o deslizamento a que estão sujeitos os três pólos tidos como básicos da comunicação é também um deslizamento entre dimensões temporais diferentes. O texto jornalístico, embora produzido no "tempo real" de seu escrevente, está, como dissemos, ancorado no presente de seu leitor. Essa seria, portanto, uma determinação temporal básica na produção desse tipo de texto. Ressalte-se que essa ancoragem no tempo do leitor pode ser vista também como um artifício para a criação de um efeito de referencialização na leitura. Tal ancoragem propicia, portanto, a dissimulação do deslizamento temporal por um efeito de presentificação do referente e pode contribuir para o obscurecimento da figura do autor (e da contextualização histórica do "tempo real" de sua produção), bem como das fronteiras entre leitor e referente.

No que se refere ao tratamento dispensado ao fator tempo na leitura levada a efeito pelo historiador, parece que o ensinamento de Jakobson a respeito da língua também pode ser aplicado, embora, frise-se, voltado para a leitura de textos. Como diz esse autor, "a coexistência e a modificação não só não se excluem mutuamente, como também estão ligadas de maneira indissolúvel" (p. 63). Assim, a produção de uma leitura, a partir de qualquer tipo de fonte, deveria apontar, de uma perspectiva conjuntural, a relação entre fatos coexistentes, mas não necessariamente iguais numa mesma dimensão temporal linearmente definida. Em outras palavras, deveria apontar, na coexistência, a discrepância, a sucessividade, os lapsos temporais. Uma tal entrada para o texto permitiria, ao mesmo tempo, detectar as marcas textuais de futuridade, ou seja, as marcas que permitem flagrar mudanças não propriamente em sua origem, mas *in statu nascendi*. Como vemos, a leitura efetuada pelo historiador envolve a tentativa de detectar e registrar o deslizamento entre diferentes dimensões temporais coexistentes. Constituir o canal de passagem dessas dimensões até o presente é o que caracteriza sua leitura como uma mediação temporal, determinação básica na produção desse tipo de leitura.

Para finalizar, uma última palavra acerca de cada um dos dois deslizamentos e de seu papel na produção e leitura do texto.

Quanto ao 1º deslizamento, procuramos mostrar que a consideração do movimento indefinidamente presente entre referente, remetente e destinatário pode ser útil tanto a quem escreve como a quem lê, no sentido de evitar o efeito de

referencialização, que consiste basicamente em assumir uma centralidade focal no referente. Participante desse movimento, o fator tempo regula a simultaneização dos interlocutores e do referente, regulando, assim, em um desses três tempos, a configuração dos fatores restantes. Na prática, a tendência dominante parece ser, como dissemos, a da referencialização.

No que se refere ao que chamamos 2º deslizamento, tratamos da relação usuário – linguagem. Essa relação estaria, na realidade, um passo aquém do trabalho de produção e de leitura do texto. A se considerar, porém, a intervenção da variável tempo, pode-se dizer que, também na produção e na leitura, tanto autor como leitor estão adstritos, por um processo de antecipação, à consideração de uma alteridade. Nesse sentido, a linguagem que tomo como instrumento está também nas mãos de meu interlocutor e nada me permite decidir se uso ainda o instrumento que, desde mim, alcança, atinge e fere meu interlocutor e me faz agora sangrar as mãos ou se é já, desde a futuridade de meu interlocutor, que me vitimo sob o alçó de sua linguagem. Ou, para retomarmos o que já adiantamos: do usuário à linguagem, quem está a cavaleiro de quem?

CORRÊA, M. L. G. Aspects of language: some notes on journalism, history and linguistics. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 129-141, 1994.

- *ABSTRACT: This paper examines some linguistic problems which affect the skills of the production and the reading of a text. Thanks to the notion of glissade, we attempt to fit these skills in a conception of language (second glissade) and at the same time we try to show the existence in the use of language of a referencialization process that hides the co-existence and the movement (first glissade) among the factors traditionally considered as basic in a situation of communication (referent, addresser and addressee).*
- *KEYWORDS: Text-production and reading; language functions; glissade; reference*

Referências bibliográficas

- 1 AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- 2 BARTHES, R. *Crítica e verdade*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1970. (Coleção Debates)
- 3 BENJAMIN, W. O. O narrador. In: *Textos escolhidos/Walter Benjamin e outros*. Trad. José Lino Grünewald et. al. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).
- 4 JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1975.
- 5 JAKOBSON, R., POMORSKA, K. *Diálogos*. Trad. do texto francês Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo: Cultrix, 1985.
- 6 LYONS, J. *Semântica*. Trad. de Wanda Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980. v. 1.

- 7 PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F., HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 61-161. (Coleção Repertórios).
- 8 SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Org. por Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.